



## **ACTA N.º 05/2006**

Reuniu, aos 24 de Maio de 2006, pelas 15H30, na sede da Ordem dos Advogados, sita à Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, o Conselho Nacional, sob a presidência do Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, Bastonário da Ordem, com a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação da Acta n.º 04/06;
- 2- Inauguração da sede do Conselho Provincial de Benguela;
- 3- Inauguração da Delegação da OAA em Cabinda;
- 4- Implementação dos Centros para Assistência Judiciária nos municípios de Viana e Cacuaco;
- 5- Análise das propostas apresentadas pelo Procurador Geral da República em relação às figuras dos Solicitadores e Habeas Corpus;
- 6- Análise da situação dos Advogados Estagiários, Drs. Adão António da Piedade e Carlos Baptista Secuca;
- 7- Análise do caso do Dr. Lourenço Agostinho e do Sr. Domingos Mateke, advogado popular;
- 8- Análise da situação da tabela mínima de honorários de advogados;
- 9- Apreciação do projecto de actividades para o Centro de Estudos e Formação apresentado pelo seu Director;
- 10- Formalização da constituição da Comissão de Ética e Deontologia;
- 11- Apresentação e discussão do programa de actividades para a comemoração do 10º Aniversário da OAA ;
- 12- Reapreciação das diversas reclamações contra o Dr. Fernando António Ginga;
- 13- Interpretação do teor da al.) h do n.º 1 do art. 33.º dos Estatutos da OAA - Pareceres solicitados;
- 14- Diversos:
  - a) Contactos com as estruturas do Cofre Geral de Justiça;
  - b) Organização da Conferência sobre justiça penal juvenil;
  - c) Exercício ilegal da advocacia;
  - d) Gazeta do Advogado;
  - e) Previdência social dos advogados;
  - f) Estágios – informação.

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: [www.oang.org](http://www.oang.org)

E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

**Presenças:**

Dr. Moisés David;  
Dr.<sup>a</sup> Teresa Marçal;  
Dr. António Joaquim;  
Dr.<sup>a</sup> Solange Romero Machado;  
Dr. Valentim Comboio;  
Dr. Luís Filipe Pizarro;  
Dr.<sup>a</sup> Pulquéria Van-Dúnem Bastos;  
Dr.<sup>a</sup> Fátima Neto;  
Dr. Machila dos Santos.

**Ausências:**

Dr. João André Pedro;  
Dr. Martinho Nombo.

Analizados e discutidos os pontos constantes da Ordem de Trabalhos ora aprovada, o Conselho tomou as seguintes deliberações:

1. Com ligeiras alterações, foi aprovada a Acta n.º 04/2006;
2. Foi prestada pelo Presidente do Conselho de Benguela uma informação sobre o estado das obras de reabilitação da futura sede do Conselho, que vão num ritmo de execução lento, devido, sobretudo, ao reduzido número de trabalhadores destacados pelo empreiteiro, o que inviabiliza a sua inauguração a 09 de Junho, como agendado, ficando, assim, adiada para a 2.<sup>a</sup> quinzena de Junho;
3. Para a inauguração da sede da Delegação de Cabinda, cujas instalações, já identificadas, serão arrendadas e objecto de pequenas obras, o Conselho deliberou agendar os últimos dias da 2.<sup>a</sup> quinzena do mês de Julho;
4. O Conselho tomou conhecimento da pretensão de abertura de Centros de Assistência Judiciária nos municípios de Viana e Cacuaco, sobretudo para, entre outras razões, conter a excessiva afluência de pessoas à sede.

A respeito desta pretensão, o Conselho recomendou uma abordagem conjunta do assunto entre o Sr. Bastonário e a Presidente do Conselho Provincial de Luanda e a criação de um grupo de trabalhos para estudar, analisar e apresentar uma proposta circunstanciada ao Conselho Nacional.

**5.** No que se refere a este ponto – solicitadoria e habeas corpus- o Conselho deliberou no sentido de a Ordem dos Advogados assumir a iniciativa de apresentação às entidades competentes de uma proposta para a regulamentação do exercício da profissão de solicitador, nomeadamente, definindo as condições de acesso e de exercício, bem como outros aspectos relevantes sobre o assunto.

No que concerne ao habeas corpus foi recomendado um estudo sobre o assunto "maxime" no tocante à análise da legislação processual, a fim de se avaliar a sua plena vigência e afastar eventuais dúvidas a esse respeito.

Para a concretização destas duas tarefas, o Conselho deliberou a criação de uma comissão de trabalhos coordenada pela Dr.<sup>a</sup> Pulquéria Van-Dúnem Bastos, que indicará os demais integrantes, recomendado -se, desde já, no concernente à primeira tarefa, necessária articulação com o Dr. Vasco Grandão Ramos a quem o Conselho, recentemente, deliberou solicitar um parecer sobre o assunto.

**6.** Tendo em conta a existência de um despacho sobre a inscrição definitiva do Dr. Carlos Secuca de que já foi notificado ainda no decurso do mandato passado, o Conselho considerou inoportuna a discussão a reapreciação do assunto, pois que se encontra definitivamente encerrado.

No que se refere ao Dr. Adão António da Piedade foi recomendada a clarificação da sua situação e, se for caso disso, posteriormente ser tomada uma deliberação.

**7.** O Conselho considerou desnecessária e também inoportuna qualquer abordagem sobre a eventual inscrição e/ ou regularização da situação do Dr. Lourenço Adão Agostinho, porquanto existe uma deliberação tomada em mandatos anteriores indeferindo a sua inscrição por falta de idoneidade moral para o exercício da profissão.

No que tange ao Advogado popular Domingos Mateke o Conselho tomou conhecimento das diligências desencadeadas pelo Sr. Dr. Filipe Paulino, em coordenação com o Sr. Bastonário, que levaram à correcção das violações às normas sobre a publicidade consagradas quer nos Estatutos quer no Instrutivo sobre a Publicidade em que incorreu o mencionado Advogado.

**8.** Foi recomendada a reestruturação da Tabela Mínima de Honorários que já foi objecto de apreciação pelos Advogados, devendo acrescer-se na deliberação que aprovará a sua entrada em vigor uma clarificação sobre a "quota litis" e sua proibição, e sobre os procedimentos a observar na cobrança de honorários.

**Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)**

**TEL. 322777/326330**

**INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)**

**E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)**

**Contrib.N.º 0.95.507/00.0**

**Luanda - Angola**

Para a consecução desta deliberação, foi criada uma comissão de trabalhos coordenada pelo Vice-Presidente, Dr. Moisés David, integrada pelos Drs. Luís Filipe Pizarro, Pulquéria Van-Dúnem Bastos, Machila dos Santos e Samuel João;

**9.** O Conselho foi informado, pelo Dr. Valentim Comboio, na qualidade de Coordenador da Comissão de Formação da Ordem e, enquanto tal, interlocutor dos Órgãos de Direcção da Ordem com o Centro de Estudos e Formação desta instituição, das actividades realizadas e perspectivadas pelo mencionado Centro, dando particular ênfase as dificuldades de coordenação existentes com o seu Director, bem como a necessidade de os membros auxiliarem na delimitação do conceito de "jovem Advogado", a quem primacialmente é destinada a actividade do Centro e da Comissão de que é coordenador.

Ficou unanimemente manifestada e assente a necessidade do Sr. Bastonário abordar o Director do Centro a fim de o dissuadir do recurso a um discurso menosprezante da classe dos Advogados.

**10.** O Senhor Bastonário anunciou ao Conselho a sua pretensão de formalização da Comissão de Ética e Deontologia Profissional, executando, assim, uma das tarefas constantes do programa do actual mandato.

**11.** O Coordenador da comissão para os preparativos da comemoração do 10-º Aniversário da Proclamação da Ordem, Dr. Moisés David, apontou sinteticamente os aspectos contemplados no programa, tendo-se comprometido a encaminhá-lo por email a todos os membros do Conselho a fim de colher as suas contribuições.

Ficou assente a necessidade de se incluir na referida comissão a Presidente do Conselho Provincial de Luanda, a fim de proporcionar uma melhor articulação entre os órgãos de Direcção.

Outrossim ficou assente a necessidade de inclusão do Dr. Eusébio Rangel, atendendo à sua dinâmica mobilizadora.

**12.** O Conselho, face às inúmeras pressões e inquietações motivadas pela não conclusão dos processos disciplinares instaurados ao Dr. Fernando António Ginga, deliberou fixar o mês de Junho para que o Conselho Provincial analise definitivamente o assunto.

Para tal recomendou que a Presidente do Conselho Provincial diligencie no sentido dos instrutores em tempo oportuno remetam os mencionados processos ao órgão que dirige.

**Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)**

**TEL. 322777/326330**

**INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)**

**E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)**

**Contrib.N.º 0.95.507/00.0**

**Luanda - Angola**

**13.** O Conselho manifestou a necessidade da aprovação prévia dos pareceres solicitados pela Ordem aos advogados, antes do seu encaminhamento as diversas instituições que contactam a Ordem com este fim, tal como dispõe al.) h do n.º 1 do art. 33.º dos estatutos da OAA.

Sem prejuízo da competência do Sr. Bastonário prevista na al. n) do n.º1 do art.º 31.º dos estatutos acima referidos, o Conselho deliberou no sentido de se privilegiar o recurso a reuniões extraordinárias, quando a urgência da aprovação dos pareceres solicitados assim o impuser.

**14.**

a) O Conselho foi informado dos contactos em curso com as estruturas do Cofre Geral de Justiça, a fim de se definirem os mecanismos inerentes à transferência da percentagem monetária prevista no Código das Custas Judiciais a favor da Ordem;

b) O Conselho tomou conhecimento da data provável da realização da Conferência sobre Justiça Penal Juvenil, - 2.ª quinzena de Julho- numa co-organização do UNICEF e O.A.A, com a duração de 2(dois) dias, prevendo-se o lançamento de um DVD contendo legislação sobre a infância; tomou conhecimento ainda da necessidade de criação de um grupo de trabalhos para tratar os aspectos organizativos, delegando poderes a Dr.ª Solange Machado para o constituir e coordenar.

c) Sobre o exercício ilegal da advocacia, o Conselho tomou nota das perspectivas que visam o seu esbatimento, nomeadamente a disponibilidade dos Governos Províncias da Lunda Norte e Malange em propiciar condições para que os Advogados se instalem nas referidas províncias, mediante a disposição de residências que poderão ser usadas pelos Advogados; tomou ainda nota do crescente número de casos de exercício ilegal da advocacia, predominantemente na sala dos Crimes e do Trabalho, recomendado um encontro com o Presidente do Tribunal Provincial de Luanda, a fim de serem delineadas acções com vista a pôr termo a tais situações.

d) Quanto à Gazeta do Advogado, o Conselho debruçou-se sobre a conveniência ou não da publicação nesta dos acordos e parcerias estabelecidas entre escritórios de advogados estrangeiros e nacionais, tendo-se manifestado no sentido negativo, recomendado a publicação de artigos sobre o depósito de tais acordos e parcerias na Ordem, realçando o aspecto positivo do acto, traduzido na observância da deliberação dimanada da Assembleia Geral que analisou o assunto.

e) Previdência social dos Advogados, o Conselho, após tomar conhecimento dos passos dados para a sua implementação, deliberou levar o assunto à Assembleia Geral dos Advogados, para em sede desta serem tomadas as deliberações que se revelarem oportunas, convidando para o efeito os técnicos das instituições afins para os necessários esclarecimentos.

f) Finalmente, no que se refere a estágios o Conselho foi informado pelo Dr. Machila dos Santos de uma situação em que está envolvido um dos seus estagiários que fez intervenções processuais à margem do conhecimento do patrono, recomendando a este que não aprove o relatório inerente a tais processos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, quando eram 18H30M, dela se lavrando a presente acta, que depois de aprovada, será assinada pelo Bastonário.

Luanda, 25 de Maio de 2006

O BASTONÁRIO



Manuel Vicente Inglês Pinto

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)

E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola